

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 076

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 06 DE JUNHO DE 2001

ANO XXVII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i> .....	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Moysés Leônidas</i>

## Representação Partidária

*PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.*

**Atos da Presidência:**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/2001

**SÚMULA:**

Autoriza o senhor governador e a senhora vice-governadora ausentarem-se do País.

**DATA:**

04 de junho de 2001.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinando com o artigo 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Ficam autorizados o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado e a Senhora Emilia de Salles Belinati, Vice-Governadora do Estado, ausentarem-se do País, até o dia 31 de dezembro de 2002, em viagens não superiores a 15 (quinze) dias e de exclusivo interesse do Estado.

Parágrafo Único - A cada afastamento de que trata o *caput* do artigo 1º, o Senhor Governador ou a Senhora Vice-Governadora do Estado comunicará prévia e expressamente à Assembléia Legislativa.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04.06.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO  
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 006/2001

**SÚMULA:**

Aprova o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Adulteração de Combustível e Sonegação de Impostos.

**DATA:**

04 de junho de 2001.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica aprovado o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Adulteração de Combustíveis e Sonegação de Impostos, constituída pelo Ato do Presidente nº 02/2000, de 12 de abril de 2000.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04.06.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO  
Presidente

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 53ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
06 DE JUNHO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Cesar Seleme e Chico Noroeste.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:****Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 1805

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições REQUER, após ouvido o douto Plenário,

regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 231/2001, de sua autoria onde “Fica proibido em todo o território paranaense, a exploração de todas e quaisquer máquinas eletrônicas ou equipamentos de apostas eletrônicas e eletromecânicas”.

Sala das Sessões, em 06.06.2001.

(a) TONY GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1782

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos Anais desta colenda Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora Natália Santos, aos 66 anos de vida.

Pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, recebeu ampla manifestação de sentimentos em decorrência de seu passamento.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos sentimentos de pesar de sua família. É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 06.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1796

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento da Senhora Irene da Silva, ocorrido no dia 05.06.2001, em Alvorada do Sul, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 06.06.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 1800

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar às famílias Cavallin e Campelo, em razão do falecimento da Senhora Celestina Borttoleto Cavallin.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente às famílias enlutadas na Cúria Metropolitana de Londrina e na Rua João Gualberto, 1664, CEP 80.030.001, em Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 06.06.2001.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

Aos 89 anos de idade, faleceu a Senhora Celestina Borttoleto Cavallin, na noite de ontem em nossa Capital. Viúva, mãe de Dom Albano Cavallin, arcebispo de Londrina, de Zélia Cavallin Campelo e de Maria Eugênia Cavallin Amaral.

Entre seus netos, deixou o Secretário de Estado do Governo, doutor José Cid Campelo Filho. Mãe, esposa,

sogra, avó e bisavó dedicada, deixou aos seus familiares e àqueles de seu convívio, um belo exemplo de vida.

#### REQUERIMENTO Nº 1790

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao empresário Edivaldo Alves da Silva pela conquista da presidência do Clube Olímpico de Maringá, em pleito realizado no último dia 27 de maio.

Requer, outrossim, comunicação do feito ao empresário Edivaldo Alves da Silva.

Sala das Sessões, em 06.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Clube Olímpico de Maringá é uma das principais instituições sociais de Maringá e região, figurando entre os principais clubes sociais do Estado. Com vasta tradição no setor desportivo, o Olímpico tem até hoje uma das melhores equipes de Handebol do País, de onde saíram alguns dos melhores jogadores da modalidade em todos os tempos e sempre convocados para a seleção brasileira. Este é apenas um exemplo do vigor e da importância deste clube.

Sua força pode ser sentida, também, pelo quadro de associados. São 2.400 sócios titulares, o que representa cerca de nove mil pessoas, diretamente envolvidas, quase todas freqüentando suas dependências e eventos, dentre os quais se destaca o tradicional Baile do Hawaí, um dos melhores do gênero em todo País. Os 2.400 sócios são aptos a votar, o que significa que o Clube Olímpico tem mais eleitores que muitos de nossos municípios, portanto mais uma demonstração de sua importância.

No pleito de 27 de maio compareceram às urnas 1110 votantes, dos quais o empresário Edivaldo Alves da Silva obteve 641, sagrando-se o novo presidente do Clube Olímpico. Edivaldo Alves da Silva, ou Serra, como é mais conhecido, está entre os empresários mais atuantes de Maringá, seja enquanto homem de negócios, ou enquanto membro ativo da comunidade, aderindo às iniciativas de defesa da cidade e de caridade para com os necessitados. Portanto, não poderíamos deixar de distingui-lo, neste momento de júbilo, com esta homenagem.

Daí as razões do presente requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 1791

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulações alusivos ao dia da Telefonia, a ser comemorado no dia 29 de junho do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de

Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas no Estado do Paraná, Senhor Eugênio Popenda, Rua Doutor Muricy, 81, CEP 80010-120 nesta capital.

Sala das Sessões, em 06.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1792

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulações alusivo ao dia do Químico, a ser comemorado no dia 18 de junho do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente do Conselho Regional de Química da 9ª Região, Professor Alsedo Leprevost, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Monsenhor Celso, 225 - 5º andar - Centro - CEP 80010-150 - nesta capital.

Sala das Sessões, em 06.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1793

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulações alusivos à criação da Câmara Setorial de Agronegócios do Paraná, ocorrido ontem dia 5 de junho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente da Associação Comercial do Paraná, Senhor Marcos Domaroski, através de correspondência a ser encaminhada à Rua VX de Novembro, 621, 8º andar - CEP 83405-050 nesta capital.

Sala das Sessões, em 06.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1794

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de congratulações à ACIL - Associação Comercial e Industrial de Londrina pela comemoração dos 64 anos de atuação e participação direta no desenvolvimento de Londrina neste dia 06 de junho.

Sala das Sessões, em 06.06.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

#### REQUERIMENTO Nº 1797

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, que seja enviado ao Município de Rolândia, voto de congratulações pelo seu aniversário, a ser comemorado no dia 29 de junho, e que,

do presente, se dê ciência ao Prefeito Eurides Moura, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 06.06.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 1798

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de congratulações ao governador do Estado de Santa Catarina, Excelentíssimo Senhor Esperidião Amin, pela posição tomada, descartando qualquer possibilidade de transferir o controle acionário da Centrais Elétricas de Santa Catarina - Celesc, à iniciativa privada, demonstrando visão estratégica, compromisso com seu Estado em Defesa dos interesses do povo catarinense.

Sala das Sessões, em 06.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1804

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao Senhor Cláudio Petrycoski, Presidente da Atlas Eletrodomésticos, indústrias de fogões, sediada no Município de Pato Branco, pelo recebimento de Medalha e Diploma de Mérito Industrial, concedido pela Federação das Indústrias do Paraná - Fiep, em homenagem no último dia 04 de junho no Cietep, nesta capital.

Do aprovado, requer ainda, que do presente se dê ciência ao senhor Cláudio Petrycoski, Presidente da Atlas Eletrodomésticos, no endereço: BR 158, Km 521, Pato Branco - Paraná CEP: 85.501-970.

Sala das Sessões, em 06.06.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

#### JUSTIFICATIVA:

Ao encerrar as comemorações da Semana da Indústria, foi promovido no último dia 04 de junho, no Cietep, Sessão Solene em homenagem a personalidades de destaque da indústria paranaense, onde foi agraciado com a Medalha e Diploma de Mérito Industrial o Senhor Cláudio Petrycoski, Presidente da Atlas Eletrodomésticos, principal indústria de fogões do Sul do Brasil, sediada no Município de Pato Branco.

A Fiep homenageia anualmente os industriais que se destacam ao longo da carreira pela contribuição ao desenvolvimento, incentivo ao aprimoramento profissional, harmonia com seus funcionários, atuação cultural e social.

A Atlas Eletrodomésticos, presidida pelo Senhor Cláudio Petrycoski, é a principal indústria de fogões do Sul do Brasil. Sediada em Pato Branco, Sudoeste paranaense, é uma das empresas que desponta entre as de maior desenvolvimento do Estado nos últimos anos. Em 1994,

recebeu o Prêmio Excelência Empresarial, concedido pela Associação Comercial e Industrial do Paraná e em 1997 conquistou o Prêmio Top de Marketing, da Associação de Dirigentes de Vendas do Brasil - ADBV.

Tendo como fundador Theóphilo Petrycoski, em 1950 a empresa abriu as portas com o nome de origem polonesa, Fogões Petrycoski. A revolução da empresa aconteceu em meados de 1996, quando o então Presidente Cláudio Petrycoski, criou um Departamento de Marketing que pudesse levar a empresa a novos rumos. A primeira providência foi mudar o nome da empresa, decidiu-se pelo nome de Atlas Eletrodomésticos. Um programa de qualidade total foi implantado e novos produtos incorporados à linha de produção, como fogão à lenha e fogão clean. Sendo uma empresa genuinamente nacional, e em constante aperfeiçoamento, é altamente competitiva tanto no mercado interno como no externo.

Fazem parte do Grupo Petrycoski: Atlas Indústria de Eletrodomésticos Ltda (empresa mãe); Pró-Fundo Indústria de Fundidos Ltda (desmembrada da empresa em 03/05/94); Eletra Indústria Química Ltda e Metalúrgica Extremo Sul Ltda (fundada em 24/02/93).

O Senhor Cláudio Petrycoski, participa também como Coordenador Regional da Fiep - Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Presidente da Sindimetal - Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Mecânicas do sudoeste paranaense, incentivador e coordenador de eventos polônicos do sudoeste, divulgador incentivador do Esperanto, língua com base no latim, idealizada por Zamenhoff e membro fundador do M.B.C - Movimento Brasil Confederação.

#### REQUERIMENTO Nº 1801

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Nelson Justus, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a urgente restauração da PR-471.

Sala das Sessões, em 06.06.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

#### JUSTIFICATIVA:

A PR-471, importante via da região Oeste, encontra-se em péssimo estado de conservação, colocando em risco a vida das pessoas que diariamente transitam naquela rodovia, havendo assim a necessidade premente de se tomar providências objetivando a sua restauração, para que o tráfego se torne seguro, evitando dessa forma possíveis acidentes automobilísticos, especialmente em dias de chuva e à noite, proporcionando com os serviços de recuperação, maior facilidade e agilidade no transporte da produção gerada nos municípios por ela interligados contribuindo para o crescimento social e econômico local.

#### REQUERIMENTO Nº 1783

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário que seja encaminhado expediente ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, no sentido de atender o pedido da Senhora Célia Baldi, residente à Rua Theodoro Makiolka nº 2.370 - Bairro Santa Cândida, que pede reparos no buraco existente na ponte da represa do Rio Capivari, na BR-116. Pede também, a colocação de uma placa "Proibido jogar lixo na represa", tendo em vista que muitos pescadores que utilizam o local, jogam lixo na mesma.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 257-3198.

Sala das Sessões, em 06.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1784

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Senhora Ermínia Antunes Ferreira, residente à Rua Wadislau Bugalski, nº 45 - Jardim do Norte - Bairro Botiatuva, que pede a implantação de uma cobertura no ponto de ônibus na rua em que reside, em frente ao nº 42, e da Lanchonete Maltaca. Será de grande valia para todos os usuários desse ônibus.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 262-4750 (comercial).

Sala das Sessões, em 06.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1785

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Jardim Ana Maria - Município de Piraquara, que pede a implantação de um módulo policial nas proximidades do ponto final da linha de ônibus Planalto, no jardim Ana Maria.

Está sendo construído um colégio enorme nesse bairro e a ação de marginais provindos de áreas de invasão próxima deixa os moradores muito apreensivos com a falta de segurança. Com certeza, a implantação do módulo solicitado, inibirá a ação desses marginais e tornará o local mais seguro, principalmente beneficiando os moradores e alunos do cotado colégio.

Toda a comunidade será beneficiada.

Sala das Sessões, em 06.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1786

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário que seja encaminhado expediente à Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Boqueirão, mais especificamente da Rua Carlos Essenfelder, os quais pedem policiamento ostensivo em todo o bairro, tendo em vista a ocorrência constante de roubos de carros e residências, tráfico de drogas, assaltos e outros.

À noite, a situação piora e muito e um dos moradores afirma que numa dessas noites necessitou da ação da polícia, telefonou por três vezes e infelizmente ninguém atendeu. Pede-se urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 06.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1787

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da Senhora Edileuza Viana Mendes, residente à Rua Pedro do Rosário, nº 1147 - Jardim Guaraituba, que pede agilização do Protocolo dessa Prefeitura nº 867218, referente à limpeza de dois (dois) terrenos baldios, sendo um de cada lado de sua residência. Tais terrenos encontram-se muito sujos, cheios de lixo e animais nocivos à saúde das pessoas, principalmente pela existência de procriação de ratos.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 667-7208.

Sala das Sessões, em 06.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1788

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário que seja encaminhado expediente à Prefeitura de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido do Senhor José dos Santos, residente à Rua Cachoeira, nº 392 - Jardim Alto Pinheiro, que pede a troca de praticamente todas as lâmpadas dos postes da rua em que reside, tendo em vista estarem queimadas.

Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 9967-1012.

Sala das Sessões, em 06.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1789

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo

Senhor Governador Jaime Lerner solicitando urgência na nomeação da diretora da Fundação Faculdade Municipal de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí (Fafipa, Professora Luzia Bana, e seu vice, o Professor Carlos da Silva, eleitos em pleito realizado em 24 de abril último.

Requer outrossim, comunicação do feito ao empresário, à Senhora Luzia Bana, ao Senhor Carlos Silva, ao diretor em exercício da Fafipa, Senhor Onivaldo Izidoro Pereira, ao Presidente do Diretório Central dos Estudantes da Fafipa, Senhor Givanildo Gonçalves Bonfin, à Aciap (Associação Comercial e Industrial de Paranavaí), à Amunpar, à OAB-Subseção Paranavaí, ao Sindicato dos Contabilistas de Paranavaí, ao Lions Clube de Paranavaí, ao SESC de Paranavaí, à Cacimpar, ao Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Excelentíssimo Senhor Ramiro Wahrhaftig, e à APIESP (Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Públicas do Paraná).

Sala das Sessões, em 06.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

#### JUSTIFICATIVA:

A professora Luzia Bana e o professor Carlos da Silva sagraram-se vencedores do referido pleito com 938,1 pontos, ou 40,15% dos votos, contra 860,28 pontos (36,75%) da chapa que ficou em segundo e 540,37 pontos (23,1%) da chapa que obteve a terceira colocação. Em eleição direta e amplamente democrática, a chapa Luzia/Carlos Silva foi a vencedora e por isso deve assumir a diretoria da Fafipa, como aconteceu no pleito de quatro anos passados, em que sagrou-se vencedora a chapa encabeçada pelo professor Onivaldo Izidoro Pereira, nomeado para o cargo e cujo mandato expirou em 31 de maio último.

A situação atual é, portanto, de vacância, quando já deveria ter sido nomeada a chapa vencedora, mantendo a tradição de nomear-se o vencedor por teoria e por prática, já que o mesmo já ocorreu na mesma instituição de ensino superior.

Daí as razões do presente requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 1803

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas constitucionais e legais, REQUER, seja enviado ao Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, doutor Rafael Iatauro, expediente solicitando informações conforme segue:

1) em que estágio de análise se encontra o processo envolvendo a construção do Canal da Barragem em Foz do Iguaçu;

2) quem é o Relator do referido processo; indicar se existe relatório formulado pelo corpo técnico do Tribunal de Contas e/ou pelo relator, caso afirmativo solicita-se que envie cópia de todo o material e relatórios;

3) se houve pedido de vistas, em caso afirmativo indicar o Conselheiro que solicitou, a data e existindo, cópia de seu parecer;

4) na hipótese anterior, indicar se o processo já foi devolvido para análise e julgamento do Plenário; em caso negativo indicar as razões e os fundamentos de natureza regimental e legal que tem, se for o caso, obstaculizado o feito e quais as providências que a Presidência da Corregedoria e demais órgãos internos do TCE estão adotando ou já adotaram para que se efetive o julgamento, bem como acerca de Conduta Ética, ou não, do Conselheiro que eventualmente tenha solicitado vistas apenas com caráter protelatório;

5) solicita-se ainda informações acerca da Empresa Itajuí Engenharia de Obras Ltda em sua atuação face à obra do canal da Barragem em Foz do Iguaçu e a responsabilidade tanto da empresa como do então secretário do Meio Ambiente, Hitoshi Nakamura, pede-se que se informe enviando documentos hábeis comprobatórios, acerca do feito.

Sala das Sessões, em 06.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 1799

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos anais da Casa, do artigo “Fumante Passivo Corre Mais Risco”, publicado no jornal O Estado do Paraná do dia 1º do corrente.

Requer, outrossim, que a Comissão Executiva determine o cumprimento das leis em vigor sobre o uso do fumo em recintos fechados, especialmente em Plenário.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Doutor Paulo Pimentel, Diretor-Presidente do jornal O Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.06.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Os profissionais da saúde advertem sobre os riscos decorrentes do tabagismo para os ditos fumantes passivos, ou sejam as pessoas que não fumam mas estão em contato diário com a fumaça do cigarro, do charuto ou do cachimbo.

Pesquisa demonstram que nos recintos onde se fuma, conforme a quantidade de cigarros consumidos e as condições de ventilação, as concentrações de elementos químicos e outros de natureza maléfica, ultrapassam de milhares de vezes o padrão de qualidade do ar.

Este é o caso da área interna de restaurantes, lanchonetes, pizzarias e assemelhados, onde fumantes e não fumantes estão expostos aos mesmos riscos, sendo que os fumantes passivos têm 30% a mais de chances de desenvolver câncer no pulmão.

A Prefeitura Municipal de Curitiba, sob a iniciativa dos próprios funcionários, decidiram que ninguém mais fumará nas dependências do prédio.

Embora vários atos já tenham sido editados no sentido de coibir o uso indiscriminado do fumo, em

vários locais, e dependências, os diplomas alusivos não têm sido respeitados, mesmo porque são eles inespecíficos e gerais. De outra parte vale referir que, sem uma enérgica campanha de esclarecimento sobre o mal causado pelo tabagismo, partindo desta Casa de Leis, dando-se o exemplo para que se cumpra também os editos anteriores sobre a proibição do fumo em outras dependências.

### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 233/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - As mensagens publicadas de atos, programas, serviços e campanhas da administração direta e indireta do Estado do Paraná, veiculadas na televisão terão tradução simultânea para a linguagem de sinais e serão apresentadas em legendas, com o objetivo de se tornarem acessíveis aos portadores de deficiência auditiva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.06.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei dispõe sobre utilização de recursos visuais destinados aos portadores de deficiência auditiva na veiculação de propaganda oficial.

Os meios de comunicação, com raríssimas exceções, não proporcionam ao deficiente auditivo dispositivos para que possam se integrar e participar de todos os acontecimentos. Então, desta forma, nada mais justo que os deficientes auditivos possam participar das ações governamentais divulgadas na comunicação televisiva.

Desta forma, contamos com o apoio dos nobres pares na aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 234/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Os ex-integrantes das extintas carreiras de inspetor de trânsito e de guarda de trânsito, equiparados à 4ª classe da carreira de detetive e à 4ª classe da carreira de agente de segurança, do quadro de pessoal da Polícia Civil, amparados pela Lei Estadual nº 10.130, de 12 de novembro de 1992, terão direito à Carteira de Identidade Funcional da Polícia Civil, nas respectivas carreiras, gozando de todas as prerrogativas dos demais servidores, no que se refere à identificação funcional.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.06.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

Através da Lei Estadual nº 10.130, de 12 de novembro de 1992, os ex-integrantes das extintas carreiras de inspetor de trânsito e de guarda de trânsito, do Departamento de Trânsito foram equiparados, inclusive quanto à remuneração, respectivamente à 4ª classe da carreira de detetive e à 4ª classe da carreira de agentes de segurança, do quadro de pessoal da Polícia Civil.

No entanto, os referidos servidores nunca receberam a Carteira de Identidade Funcional que os identifique, motivo pelo qual se pretende através da aprovação do presente projeto de lei, proporcionar a identificação dos mesmos, vez que desde 1992 estão equiparados aos demais servidores, porém, não gozam das mesmas prerrogativas que os portadores de identidade funcional.

Diante do exposto, contando com o indispensável apoio dos nobres pares para a aprovação desta importante contribuição aos servidores amparados pela legislação supra citada, renovo meu protesto de elevada estima e distinta consideração.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra à deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhores deputados e senhora deputada.

Faço uso da tribuna e gostaria antes de mais nada, registrar a presença de dois estudantes da Região Sudoeste: um do Município de Salto do Lontra, Senhor Márcio Kaufels e outro do Município de Chopinzinho, Senhor Amarildo Echer. Estão passando por uma experiência aqui na Assembléia, conhecendo como funciona a Casa, conhecendo os deputados e vendo como é o funcionamento geral da Assembléia e da Capital do Estado.

Gostaria de me reportar, neste momento a um tema que nos chama muito a atenção, que é a questão da violência, principalmente da violência contra a mulher.

(Lê):

“Se olharmos para a história da humanidade, nos defrontaremos com inúmeras formas de violência institucionalizada contra a mulher:

- a violência da submissão ao homem, consequência da família patriarcal;
- a violência da pobreza, onde 70% dos pobres são mulheres;
- a violência do analfabetismo, onde a maioria dos analfabetos são mulheres;
- a violência da diferenciação salarial, onde a remuneração média do trabalho da mulher representa 70% da recebida pelos homens;

- a violência da dupla jornada de trabalho, sobre-carregando a mulher, fazendo com que não tenha tempo para o lazer e o estudo;

- a violência da prostituição, que leva milhões de mulheres viverem abaixo da dignidade.

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada.

A nível de Brasil e Paraná, o crescimento da violência é uma realidade sentida em cidades de grande, médio e pequeno portes em todas as camadas sociais. Dia-a-dia, deparamos com fatos de violência noticiados pela imprensa que chocam a opinião pública.

Apesar de visível aumento da violência, as questões de segurança pública em nosso Estado são tratadas com insensibilidade, de maneira morosa e com total falta de capacidade por parte dos responsáveis.

O dever do Estado seria agir preventivamente, apurar e punir com rigor os atos de violência contra os cidadãos. O que vemos? Casos e mais casos se acumulando nos distritos policiais e as vítimas ficam sem saber o que fazer diante da inoperância do Estado.

O quadro de violência é mais alarmante quando analisamos a violência praticada contra a mulher. Pode alguns dos presente aqui questionar: como ela pode afirmar que a violência praticada contra a mulher é maior?

Apesar de toda a dificuldade em função dos poucos dados disponíveis e também confiáveis, há de se valorizar aqui o trabalho do Sistema Integrado de Informações para a Prevenção de Violências e Acidentes - SIPAV que, em um trabalho realizado pelo IPPUC e Secretaria Municipal da Saúde em Curitiba, e em um outro realizado pela Delegacia da Mulher de Curitiba, comprovam tal afirmativa.

O primeiro trabalho caracterizou as vítimas que procuram o IML de Curitiba no período de 1998 a 1999, para realização de exames de corpo delito. A avaliação dos resultados mostraram que 56,1% de todas as vítimas eram mulheres.

O segundo trabalho, realizado com base nas ocorrências atendidas pela Delegacia da Mulher de Curitiba, no período de outubro de 1999 a maio de 2000, com o objetivo de caracterizar a população que recorre à Delegacia da Mulher, tipificar a violência sofrida e estabelecer um perfil do agressor, mostrou que:

- as mulheres que procuram a Delegacia concentram-se na faixa etária de 20 a 39 anos;
- a principal queixa refere-se à agressão física com 50% das ocorrências;
- 63,5% das vítimas estão na faixa de escolaridade de 1º grau;
- 50% estão empregadas e 31,8% são do lar;
- 78,6% afirmam ter sofrido agressão dentro de sua casa;
- 70% dos agressores têm relações conjugais com a vítima.”



O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Encerrou o seu tempo, deputada.

Horário da Liderança do PT.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, para concluir.

Gostaria de dizer que, tendo em vista todos estes fatos, é que o Partido dos Trabalhadores está convidando, chamando para um encontro de combate à violência contra a mulher, que será realizado no próximo sábado, dia 09, no Salão Nobre de Direito da Universidade Federal do Paraná.

Então, senhor presidente, senhores deputados, esses dados nos assustam e é preciso que, juntos, tomemos algumas providências.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno e no Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

PL. PSB. PSC. PST. PSL. PP.

(**Declinam**)

PDT.

Com a palavra, o Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhoras deputadas e senhores deputados.

Um dos conselheiros do Tribunal de Contas, mais precisamente o Conselheiro Henrique, pediu vistas quando estava sendo analisada uma das contas do Governo do Estado, referente à Secretaria do Meio Ambiente. Hitoshi Nakamura era, na oportunidade, o secretário. Estamos entrando, senhor presidente, nesta Casa, com um pedido a Sua Excelência o presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro Rafael Iatauro, para que nos informe qual é o prazo regimental, de que forma estão sendo analisadas as contas de Sua Excelência o Senhor Governador Jaime Lerner, porque se entendemos, como na nossa Ponta Grossa, onde o Prefeito Péricles de Holleben Mello é vilipendiado, através de alguns setores da sociedade, por possuir na sua equipe administrativa uma parente sua, parente esta que é uma excelente profissional - sua prima - é ele, realmente criticado, cada dia, criticado por uma parte que não entendemos.

Sua Excelência o Governador tem a sua esposa como secretária e, aliás, uma excelente Secretária da Família. Mas não concordamos, senhor presidente, senhores deputados, que o cunhado do governador, que deveria ser imparcial, que foi referendado por esta Casa, tenha ele a atribuição de julgar a conta do governador. Se assim o fizesse, julgasse, Deputado José Maria Ferreira, até concordaríamos, poderíamos discordar do seu parecer. Mas ele não emitir parecer. Simplesmente tomou as vistas de um processo de prestação de contas e não reapresentou até hoje para que fosse analisada. O Conse-

lheiro Nestor Batista, que cuida do dinheiro público, seja municipal ou estadual, levantou essa questão e esta Casa, e outros senhores deputados também dela fizeram uso, no que concerne algum desvio de verba feito naquele canal, no interior do Estado.

Por isso, senhor presidente, estamos entrando com um requerimento de envio de expediente ao senhor presidente do Tribunal de Contas, pedindo a ele, Rafael Iatauro, em que estágio de análise se encontra o processo envolvendo a construção do Canal da Barragem Foz do Iguaçu.

Sendo quem é o relator do referido processo, indicar se existe um relatório formulado pelo corpo técnico do Tribunal de Contas ou pelo relator. Caso afirmativo, solicita-se que envie a esta Casa a cópia do material.

Terceiro, se houve pedido de vistas. Em caso afirmativo, indicar o conselheiro que solicitou, a data e se existe cópia do parecer.

Quarto, na hipótese anterior, indicar se o processo já foi devolvido para análise e julgamento do Plenário e, em caso negativo, indicar quais razões e fundamentos, de natureza regimental e legal, que tem, e se for o caso, feito nessas providências. E que a Presidência e Corregedoria de demais órgãos do Tribunal de Contas do Estado, estão adotando ou se já adotaram para que se efetive o julgamento, bem como acerca da conduta ética do conselheiro que, eventualmente, tenha solicitado vistas apenas com caráter para fazer com que não seja analisado.

Solicita-se ainda, informações das empresas responsáveis, bem como a empresa que o então Secretário do Meio Ambiente, Hitoshi Nakamura contratou, e pede-se ainda o envio de documentos hábeis, comprobatórios acerca deste fato e deste contrato.

Acredito e tenho certeza, senhores deputados, que a Bancada da Situação não haverá de colocar obstáculos para que o Paraná conheça a verdade do cunhado do Governador Jaime Lerner, que é o Conselheiro Henrique.

Obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ainda no Horário das Lideranças.

PT.

(**Declina**)

PPB.

(**Declina**)

PMDB.

Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, não vamos fazer uso da palavra, hoje, só apenas para fazer um comunicado à Mesa.

Temos hoje, uma série de atividades fora da Casa - inclusive, quero aproveitar para convidar todos os senhores deputados para às 17h00, fazermos a panfletagem na Boca Maldita, com relação à venda da Copel. Estamos convocando, então, todos os parlamentares, para se fazerem presentes às 17h00, lá na Boca Maldita.

E, logo após esta sessão, uma reunião aqui na Liderança do PMDB, para tratarmos sobre a grande caravana que faremos na segunda-feira. Esperamos que seja o maior manifesto da história recente do Estado do Paraná, senhor presidente.

Então, logo após esta sessão, convocamos todos os deputados para uma reunião, na sala da Liderança do PMDB.

E por último, digo que amanhã quero fazer um pronunciamento para esclarecer, senhor presidente, o pouco caso do Senhor Cid Campello. Inclusive, quero trazer para esta Casa os artigos do Regimento Interno que me dão legitimidade para dirigir-me ao secretário de Estado, e não a subalternos, provando que o Senhor Secretário Cid Campello cometeu crime de responsabilidade ao falsear informações a esta Casa.

E agora fica este secretário inexpressivo do Governo Jaime Lerner, querendo cantar de galo, garganteando que nem touro, que nem bufão, parecendo que está num jogo de truco, de facão; pensa que irá amedrontar os deputados desta Casa. Iremos provar e já estamos pedindo à Corregedoria da Assembléia, que processe criminalmente o Senhor Cid Campello e iremos dar toda a substância, regimental e legal, para que ele seja processado criminalmente, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuídos aos senhores deputados:

### ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 102/2001, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 13, da Lei nº 11.362, de 12 de abril de 1996, mantidos os seus atuais parágrafos. Fundo Estadual de Assistência Social. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA APRESENTADA AO PROJETO DE LEI Nº 102/2001

### P A R E C E R :

De autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, o projeto em questão altera o artigo 13, da Lei nº 11.362 - Fundo Estadual de Assistência Social.

O projeto recebeu pareceres favoráveis nas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças. Em Plenário, o projeto de lei recebeu emenda acrescentando artigo com prazo para sua regulamentação.

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre sua legalidade e constitucionalidade, não encontramos óbice na mesma, pelo que somos de parecer favorável à emenda, que incluímos com as devidas correções em Substitutivo Geral que apresentamos em anexo.

Sala das Comissões, em 22.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

Apoioamento:

Antonio Carlos Belinati, José Maria Ferreira, Eli Ghellere, Duílio Genari, Hidekazu Takayama e Edson Strapasson.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL PROJETO DE LEI Nº 102/2001

Art. 1º - O artigo 13, mantidos os seus atuais parágrafos, da Lei nº 11.352, de 12 de abril de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13 - Constituem recursos do FEAS:

I - valores obtidos pelo arredondamento de centavos para unidade de real, nos talões das tarifas de energia elétrica e de água e esgotos;

II - dotações a ele consignadas nos orçamentos anuais do Estado;

III - doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

IV - rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;

V - verbas repassadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social;

VI - Receitas provenientes da alienação de bens móveis e imóveis do Estado, patrimoniados ao órgão estadual responsável pela política de assistência social;

VII - produto de convênios firmados com entidades financiadoras nacionais e estrangeiras;

VIII - produtos da arrecadação de multas e juros de mora, conforme destinação própria;

IX - outros recursos que lhe forem destinados”.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 dias.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 22.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

**Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ.**

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 459/98, de autoria do Tribunal de Justiça, que extingue e cria cargos na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, conforme específica. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 165/98, de 07.12.98).**

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 151/2000, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, que declara de Utilidade Pública a Casa da Criança de Cornélio Procópio, com sede e foro no Município de Cornélio Procópio. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 051/2000, de 16.05.2000).**

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 003/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/2001, que autoriza que a Codapar atue em outras Unidades da Federação. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 003/2001  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Atendidas as formalidades legais, a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - Codapar, pessoa jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, fica autorizada a atuar, no campo de sua especialidade, em outras Unidades da Federação.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29.05.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Custódio da Silva - Relator

#### ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 026/2001, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Portadores de Hepatite C, com sede e foro no Município de Curitiba-PR. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 007/2001, de 05.03.2001).**

#### ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 076/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 009/2001, que

altera a redação do artigo 1º, da Lei nº 9.998, de 25 de junho de 1992, que estabelece percentual de adição de álcool etílico anidro combustível à gasolina comercializada no Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 022/2001, de 21.03.2001).**

#### ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 148/2001, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública a ABEFI - Associação Beneficente Evangélica de Foz do Iguaçu. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 044/2001, de 24.04.2001).**

#### ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 151/2001, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social Evangélica Betel de Matelândia, com sede e foro em Matelândia. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 046/2001, de 25.04.2001).**

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 291/99, de autoria do Deputado Péricles Mello, que cria o Programa Emergencial de Auxílio-Desemprego e dá outras providências. **COM PARACERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CDH.**

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa e Supressiva de Plenário, de nº 01, de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, com apoio dos Senhores Deputados Miltinho Pupio, Hidekazu Takayama, Edno Guimarães e Basílio Zanusso, nos seguintes termos:

#### EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 291/99

A presente emenda modificativa tem por objetivo alterar a redação do artigo 1º, seu parágrafo primeiro e artigo 10 do presente projeto de lei e suprimir da sua redação original os artigos 5º, 6º, 7º e 9º, renumerando-se os demais em ordem seqüencial, conforme segue:

“Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Emergencial de Auxílio-Desemprego, de caráter assistencial, visando proporcionar ocupação, renda e qualificação profissional para até 20 mil trabalhadores, integrantes da parte da população desocupada residente no Estado do Paraná.

§ 1º - O planejamento, a fiscalização e o controle de execução do Programa será exercido por um Conselho composto por representantes do Poder Executivo e dos trabalhadores.

-

-

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 06.06.2001.

(a) DURVAL AMARAL

**Apoiamento:**

Miltinho Pupio, Edno Guimarães, Hidekazu Takayama e Basílio Zanusso.

**O projeto retorna à CCJ.**

**ITEM 10**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 096/2001, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Casa de Recuperação Jesus Saúde Total. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 11**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 119/2001, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual o Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná - Fundepac, com sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 12**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 139/2001, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 13**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 150/2001, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública Estadual a Comunidade Evangélica Luterana São Lucas do Pinheirinho, com sede e foro no Município de Curitiba-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 14**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 171/2000, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Fundação Biblioteca Nacional - Escritório de Direitos Autorais - EDA. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CE. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 15**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 258/2000, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que autoriza o Poder Executivo a instituir, nos municípios de grande porte, o Programa Centro de Convivência do Idoso. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDH. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 16**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 378/2000, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que autoriza o

Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, no Município de São Miguel do Iguaçu. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 17**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 267/2000, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guairacá, com sede e foro no Município de Guairacá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 106/2000, de 21/08/2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 267/2000

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guairacá, com sede e foro no Município de Guairacá.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente.

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 18**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 053/2001, de autoria do Deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio Social, com sede e foro em Curitiba - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 014/2001, de 13/03/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 53/2001

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Edson Strapasson, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro de Apoio Social, com sede e foro em Curitiba-PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente.

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

**ITEM 19**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/2001, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica de Moradores do Município de Quitandinha-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 031/2001, de 02/04/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 097/2001

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Evangélica de Moradores do Município de Quitandinha - PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CHICO NOROESTE - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA ADITIVA  
PROJETO DE LEI Nº 097/2001

O artigo 1º do presente projeto de lei, passará a vigorar a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Evangélica de Moradores de Quitandinha, com sede no Município de Quitandinha e foro no Município de Rio Negro.

Sala das Comissões, em 24.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CHICO NOROESTE - Relator

Apoioamento:

Plauto Miró Guimarães.

**ITEM 20**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 060/2000, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a criar o Núcleo Regional da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho com sede em Dois Vizinhos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CDH. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 002/2000, de 16/02/2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 006/2000

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, visa autorizar o Governo do Estado do Paraná a criar o Núcleo Regional da Secretaria de

Estado do Emprego e Relações do Trabalho com sede em Dois Vizinhos.

Chamada a opinar, esta Comissão verificou que não existe nenhum óbice de natureza regimental, constitucional e legal para a tramitação da presente proposição nesta Casa de Leis.

Deste modo, apresentamos parecer favorável ao projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 006/2000

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 006/2000, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, autoriza o Governo do Estado do Paraná a criar o Núcleo Regional da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho no Município de Dois Vizinhos.

Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, opinamos igualmente ao referido projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.06.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
EDGAR BUENO - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS  
E DA CIDADANIA  
PROJETO DE LEI Nº 006/2000

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, autoriza o Governo do Estado do Paraná a criar o Núcleo Regional da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho no Município de Dois Vizinhos.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.06.2000.

(aa) RENATO GAÚCHO - Presidente  
LUCIANA RAFAGNIN - Relatora

**ITEM 21**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 168/2000, de autoria do Deputado Antonio Carlos Baratter, que proíbe as operações de telefonia fixa, de cobrarem os serviços de valor adicionado e DDI sobretarifado, nas contas telefônicas do Estado do Paraná, sem que haja prévio e expresso assentimento do titular da linha e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e

**COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 062/2000, de 29.06.2000).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PRPJETO DE LEI Nº 168/2000**

**P A R E C E R :**

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Antonio Baratter, tem por finalidade proibir as empresas concessionárias de serviços públicos de telefonia fixa, de cobrarem os serviços de valor adicionado e DDI - Discagem Direta Internacional, sobretarifado nas contas telefônicas do Estado do Paraná, sem que haja prévio e expresso assentimento do titular da linha.

A matéria ventilada no presente projeto é de competência privativa da União, conforme dispõe o artigo 22, inciso IV, da Constituição Federal.

“Art. 22 - Compete privativamente à União legislar sobre:

IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.”

Ademais, de acordo com o disposto no artigo 61, § 2º, da Lei nº 9472/97 (Lei Geral das Telecomunicações), cabe a Agência Reguladora, Anatel, regular os condicionamentos e relacionamentos entre usuários e as prestadoras de serviços de Telecomunicações.

“Art. 61 - Serviço de Valor Adicionado é a atividade que acrescenta, a um serviço de telecomunicações que lhe dá suporte e com o qual não se confunde, novas utilidades relacionadas ao acesso, armazenamento, apresentação, movimentação ou recuperação de informações.

§ 2º - É assegurado aos interessados o uso das redes de serviços de telecomunicações para prestação de serviços de valor adicionado, cabendo à Agência, para assegurar esse direito, regular os condicionamentos, assim como o relacionamento entre aqueles e a prestadora de serviço de telecomunicações.”

Chamada esta Relatoria a se pronunciar sobre a legalidade constitucionalidade e técnica legislativa, nosso parecer é contrário a este projeto de lei, ante a sua inconstitucionalidade e ilegalidade.

Sala das Comissões, em 07.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
HERMES FONSECA - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 168/2000**

**P A R E C E R :**

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Antonio Baratter, tem por finalidade proibir as empresas concessionárias de serviço público de telefonia fixa, de cobrarem os serviços de valor adicionado e DDI - Discagem Direta Internacional, sobretarifado nas contas telefônicas do Estado do Paraná, sem que haja prévio e expresso assentimento do titular da linha.

De acordo com o inciso XVII, do artigo 12, da Resolução da Anatel nº 85, de 30 de dezembro de 1998, que aprovou o regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado tem direito, entre outros:

“XVII - a não ser obrigado ou induzido a consumir serviços ou adquirir bens ou equipamentos que não sejam de seu interesse, bem como a não ser compelido a se submeter à condição para recebimento do serviço, nos termos da regulamentação”.

Referido dispositivo foi reproduzido dentre os deveres da prestadora: “Não obrigar ou induzir o usuário a consumir serviços ou facilidades...”(art. 38, Resolução Anatel nº 85/98).

Considerando milhares de reclamações junto ao Procon contra as ligações de prefixo 0900, onde crianças e adolescentes e também pessoas empregadas, nos lares ou nas empresas, sem o conhecimento dos chefes de família e proprietários, disparam as ligações Disque Piada, Disque Amizade, Disque Sexo, etc.

Considerando que isto afeta em muito a situação financeira dos chefes de família, pois os mesmos, na maioria das vezes, não podem arcar com o pagamento das contas telefônicas, devido as taxas cobradas por esses serviços 0900

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação do projeto em tela.

Sala das Comissões, em 28.03.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
NEIVO BERALDIN - Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 168/2000**

**P A R E C E R :**

O presente projeto está plenamente de acordo com o que prega o Código de Defesa do Consumidor em seu artigo sexto, inciso terceiro, no capítulo que trata dos Direitos Básicos do Consumidor: “a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta da quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentam”.

Este argumento soma-se a dezenas de outros listados pelo autor da proposição, Deputado Antonio Baratter, e é uma preciosa arma para defesa dos consumidores paranaenses em detrimento do abuso econômico praticado pelas telefônicas que oferecem os serviços de chamadas pelo prefixo 0900.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação do projeto apresentado.

Sala das Comissões, em 10.04.2001.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
SÉRGIO SPADA - Relator

**ITEM 22**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 338/2000, de autoria do Deputado Edson Strapasson, que autoriza o Poder Executivo a criar o Batalhão Metropolitano Norte da Polícia Militar, sediado na cidade de Colombo - PR. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 143/2000, de 23.10.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 338/2000

**P A R E C E R :**

Parecer ao Projeto de Lei nº 338/2000, de autoria do Deputado Edson Strapasson, que autoriza o Poder Executivo a criar o Batalhão Metropolitano Norte da Polícia Militar, sediado no município de Colombo-PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 04.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 338/2000

**P A R E C E R :****Relatório**

De autoria do Deputado Edson Strapasson, o presente projeto de lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar o Batalhão Metropolitano Norte da Polícia Militar, sediado no município de Colombo-PR.

**Fundamentação**

Sobre a matéria, já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública, entende que a presente proposição proporcionará melhores condições de trabalho para o Comando Militar e maior segurança à população.

**Conclusão**

Diante do exposto, manifestamos nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.05.2001.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente  
GERALDO CARTÁRIO - Relator

**ITEM 23**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 396/2000, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, no município de Marilândia do Sul. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 165/2000, de 22.11.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 396/2000

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Hidekazu Takayama, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, no município de Marilândia do Sul.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 396/2000

**P A R E C E R :****Relatório**

De autoria do Deputado Hidekazu Takayama, o presente projeto de lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, no município de Marilândia do Sul.

**Fundamentação**

Sobre a matéria, já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública, entende que a criação da referida Ciretran trará melhorias no atendimento à população do município de Marilândia do Sul, que passará a contar com mais um serviço público.

**Conclusão**

Diante do exposto, manifestamos nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.05.2001.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente  
GERALDO CARTÁRIO - Relator

**ITEM 24**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 425/2000, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que torna obrigatório, através da Secretaria de Estado da Educação a Inclusão no currículo escolar da disciplina de Educação Ambiental em todas as escolas públicas do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECE. COM EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 183/2000, de 11.12.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 425/2000

**P A R E C E R :**

De autoria do nobre Deputado Neivo Beraldin, o projeto em questão torna obrigatório, através da Secretaria

ria de Estado da Educação a inclusão no currículo escolar da disciplina de Educação Ambiental em todas as escolas públicas do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, não encontramos óbice que a impeça de seguir sua normal tramitação por esta Casa de Leis, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo, na forma de substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 13.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA  
E ESPORTES**

**PROJETO DE LEI Nº 425/2000**

**P A R E C E R :**

**Relatório**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Neivo Beraldin, torna obrigatório, através da Secretaria de Estado da Educação a inclusão no currículo escolar das disciplina de Educação Ambiental em todas as escolas públicas do Paraná.

**Fundamentação**

Dada a esta Comissão para análise da matéria, tendo a mesma recebido parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, após sanado o vício de inconstitucionalidade contido no artigo 1º do projeto que o transformou em proposta autorizatória, e por se tratar de proposta de grande relevância à população estudantil do Estado do Paraná, opinamos pela aprovação da matéria em questão.

**Conclusão**

Diante do exposto, nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.03.2001.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
SUBSTITUTIVO GERAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 425/2000**

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Educação, a incluir no currículo escolar da rede pública estadual a disciplina de Educação Ambiental.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

**ITEM 25**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 016/2001, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas - ex-Proposição nº 038/2001, que aprova a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, exercício financeiro de 2000. COM PARECER DA CTC. **Aprovado.**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 016/2001**

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas que compõe os demonstrativos e balanços financeiros, orçamentário e patrimonial da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, relativo ao exercício financeiro de 2000.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04.06.2001.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoioamento:

Hermes Fonseca, Geraldo Cartário e Marcos Isfer.

**COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS  
PROPOSIÇÃO Nº 038/2001**

**P A R E C E R :**

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 038/2001, dando conhecimento das atividades e controle das receitas e despesas Orçamentárias e Extraorçamentárias deste Poder Legislativo, com apuração dos balancetes mensais e balanço anual, verificados durante o exercício financeiro de 2000.

Analizado o Relatório Anual das Atividades e Controle das Receitas e Despesas Orçamentárias e Extraorçamentária desta Casa e demais peças a ele anexadas, constatamos que o todo encontra-se em conformidade com a legislação em vigor, não restando dúvidas quanto à exatidão da contas prestadas.

Assim sendo, pelo acima exposto, entende este relator em aprovar a presente proposição.

É o parecer favorável - aprovado.

Sala das Comissões, em 30.05.2001.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

**O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 1799, de autoria do Senhor Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata)**



**O SR. ANTONIO ANIBELLI**

Gostaria de alertar aos senhores deputados, que a nossa Comissão Executiva, junto com os senhores deputados, estamos fazendo várias mudanças na Assembléia, e gostaria que o Plenário da Assembléia também respeitasse o direito dos não fumantes.

Temos aqui na Assembléia, seis deputados fumantes, que, de agora em diante, após aprovados este requerimento, gostaria que a Assembléia proibisse de fumar em plenário. Porque no Dia Mundial do Anti-tabagismo, no decorrer desta semana, transcrevemos este artigo, que fala que 30% dos não fumantes são passíveis de adquirir o câncer, porque faz mais mal o não fumante aspirar a fumaça do fumante, porque aspira sem filtro, e o fumante fuma com o filtro.

Então, gostaria que Vossa Excelência, daqui para frente, esclarecesse ao Plenário, porque a maioria, quarenta oito são não fumantes, que fosse determinado às galerias, aos funcionários e aos jornalistas, que são o coração desta Casa, porque eles cobrem a Assembléia e têm que dar o exemplo, também, para que pudéssemos modificar os nossos trabalhos.

Não quero ser chato, mas serei obrigado, daqui para a frente. Já fiz uma vez uma coleta de cinzeiros e daqui para frente, quando um deputado acender um cigarro no plenário, vou pedir pela ordem a palavra para denunciá-lo.

E peço, imediatamente, que o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que é nosso líder em audiência na televisão, desse o primeiro exemplo, porque é meu amigo, que possa fazê-lo.

**O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Pela Ordem)**

Até para acompanhar o Deputado Anibelli, foi lido por Vossa Excelência ontem, distribuiu um projeto - que já foi para as comissões, não permitindo o uso do cigarro nas escolas e nos hospitais do Paraná. Por quê?

Exatamente em função deste dia de combate ao fumo, porque a Organização Mundial da Saúde está trabalhando para, até o ano de 2006, nenhuma escola, nenhum hospital do mundo - não é coisa pequena, é para todo o planeta - deixe de se utilizar do cigarro.

Então, já estamos antecipando aqui para o Paraná, até porque a campanha deve ser pacífica, realmente, para tentarmos fazer esse trabalho. E dizer que lamentavelmente, em algumas universidades, como acontece em algumas de Londrina, os alunos (denúncia feita não por mim, mas por alguns órgãos de segurança da cidade), não só fumam o cigarro normal, tradicional como o uso da maconha é muito grande também, lá no campus universitário, que deve estar matando todo o verde que nós temos.

Quero cumprimentar ao Deputado Anibelli, dizer que entrei com um projeto ontem exatamente para tentar ajudar nesta questão da Organização Mundial da Saúde, que muito bem faz, porque os governos gastam, Deputado Anibelli, um horror com tabagismo, de muitas ver-

bas que poderiam ser utilizadas em outro sentido de doença, é gasto com a questão do tabaco.

Então, quero entrar nessa mesma onda, até porque sou só fumante passivo.

**O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)**

Senhor presidente, só gostaria de enaltecer que, o grande grau que tem de amor ao próximo, Deputado Anibelli, em cuidar da saúde dos deputados fumantes desta Casa.

Parabéns pela iniciativa, deputado. Na verdade, o senhor está preservando a saúde dos deputados fumantes.

E ao mesmo tempo, presidente, gostaria de lhe pedir o seguinte: que nossa Casa imitasse o Prefeito Cássio Taniguchi, que criou o "Fumódromo" fora da prefeitura.

Que a nossa Casa também criasse o "fumódromo", ao ar livre, e aí tivéssemos o ar puro aqui dentro.

Obrigado, presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está em votação o requerimento do Deputado Antonio Anibelli. Os deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Deputado Hermas Brandão, gostaria de lhe fazer um apelo, para não ser chato, mas já sendo, como diz o gaúcho, insisto na instalação das CPI's. Vossa Excelência prometeu, que na semana passada instalaria, e precisamos instalá-las, para que o Regimento Interno seja cumprido, senhor presidente.

Dessa forma, volto a insistir que Vossa Excelência, urgentemente, determine a instalação das CPI's.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Vossa Excelência tem toda razão. Realmente assumimos este compromisso. Semana que vem, com certeza instalaremos.

**O SR. NEREU MOURA**

Segunda-feira, senhor presidente?

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Segunda-feira. Terá um dia todo especial, será na terça-feira. Ou o senhor não considera segunda-feira um dia especial?

**O SR. NEREU MOURA**

Considero, mas concordo com Vossa Excelência e acato vossa decisão, de terça-feira.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Requerimento nº 1616, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Senhor presidente, há um requerimento do Deputado Neivo Beraldin, não sei se este que está nesse momento em votação, por isso consulto a Vossa Excelência, que as informações relativas à Sanepar já foram prestadas ao Deputado Neivo Beraldin. Assumi um compromisso com ele, é um expediente ao governador do Estado.

Se das informações prestadas, estiver faltando algum documento, alguma informação, pessoalmente entregarei ao Deputado Neivo Beraldin. Peço a Vossa Excelência, não sei se é esse o requerimento que está sendo votado nesse momento. Se for...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Informo a Vossa Excelência que já dei como aprovado o requerimento.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Se Vossa Excelência teve esse discernimento, não cabe a mim, discutir.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Requerimento nºs 1622, 1728 e 1729, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1668, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1704, de autoria do Senhor Deputado Renato Gaúcho, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1708, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 1782 a 1788, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1789 e 1790, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1791 a 1793 e 1802, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1794, de autoria do Senhor Deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1796 a 1798, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1800, de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1801, de autoria do Senhor Deputado Tiago de Amorim Novaes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1803, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1804, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1805, de autoria do Senhor Deputado Tony Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1730, 1731 e 1752 a 1759, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.**

**O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, gostaria que Vossa Excelência lesse, pelo menos um requerimento. Providência à Prefeitura Municipal, eu gostaria de saber.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Solicito ao 1º Secretário, a leitura do requerimento.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

(Lê):

“REQUERIMENTO

Súmula: Requer providência à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré.

Senhor presidente, o deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o douto Plenário que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Senhora Janete Guedes, residente à Rua Cascavel, nº 56, Jardim Taysa, que pede a troca de vários lâmpadas dos postes da Rua Alberto Pecas, as quais encontram-se queimadas.

Sala das Sessões, 24 de maio de 2001.

(a) Deputado Luiz Carlos Martins”.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Faria um apelo ao nosso Deputado Caíto Quintana, que está fazendo um estudo sobre o Regimento da Casa, que assuntos relacionados, como esse, não sejam incluídos na pauta dos requerimentos a serem votados aqui nesta Casa.

**O SR. CAÍTO QUINTANA**

Claro, senhor presidente, a minha sugestão é a seguinte: nada contra, mas isso pode ser mandado sem a aprovação da Assembléia. É uma interferência no município. A Executiva encaminha direito, sem expor à votação, senão daqui a pouco vamos estar discutindo se vamos mandar ou não Ofício pedindo providências em Almirante Tamandaré. Não votaria aqui, senão estaria expondo a Assembléia.

Voto a favor e aceito a sugestão de mudar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Como está em votação, os deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Mas esta Mesa vai tomar a seguinte decisão:

Quando forem assuntos dessa natureza, o deputado encaminha diretamente à Prefeitura, sem passar por votação aqui na Casa.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

O senhor tomou uma decisão agora, muito interessante.

Acho muito acertada, essa sua atitude. Não sei até que ponto a Assembléia tem que se envolver em relação a isso.

Tem outra questão que estou acompanhando há muito tempo aqui na Casa, e seguidamente se tem altas discussões: a criação de “Delegacia da Mulher”.

Isso aí não depende de lei; depende da mera e simples boa vontade da Secretaria de Segurança do Estado.

A lei é autorizatória, apenas.

Embora tenha sido o primeiro a trabalhar em prol da Delegacia da Mulher, embora tenha sido a segunda Delegacia da Mulher criada em Curitiba, a segunda do Brasil, não vejo necessidade deste tipo de lei passar aqui na Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 07, às dez horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 179/2000.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 102/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 267/2000, 053, 097/2001, 006, 168, 338, 396, 425/2000 e do Projeto de Resolução nº 016/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 167/2001, 181 e 183/2000.

Convido ainda, os senhores deputados para a Sessão Solene de Outorga do Título de Cidadania Benemérita do Paraná, à Senhora Virgínia Leite, a realizar-se às 15h00, do dia 07 de junho.

Levanta-se a sessão.

#### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO

SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 06 DE JUNHO DE 2001.

“FUMANTE PASSIVO CORRE MAIS RISCO”

Jovens Combatem cigarro

O Estado do Paraná.

Também em comemoração ao Dia Mundial contra o Tabagismo, alunos do Colégio Opet de Curitiba, membros do programa Valorização à Vida, que desde 1998 combatem o uso de drogas, foram às ruas alertar a população sobre os riscos do fumo e pedir para que as pessoas trocassem seus cigarros por adesivos com mensagens de conscientização.

Com idades entre 12 e 20 anos, os jovens abordaram motoristas em sinaleiros e fizeram muitos pedestres apagar o cigarro. A professora e coordenadora da iniciativa, Ana Maria Wilczek, acredita que colocar os alunos na rua, em contato direto com fumantes e não fumantes, seja mais eficiente para evitar que eles também passem a fumar do que a promoção de simples palestras educativas. “Assim eles saem das salas de aula, trocam experiências e tornam-se agentes antifumo”, explica. “O objetivo da campanha é conscientizar os fumantes, mas também acreditamos que jovens que conhecem de perto os males do tabaco não vão ter coragem de se envolver com a droga”.

As alunas Carolina Pontarolli, de 15 anos, e Camila Queiroz, de 16, que durante toda a manhã de ontem abordaram pessoas em sinaleiros próximos ao colégio, contam que muitas pessoas se propuseram a colaborar, outras trocaram os cigarros por adesivos, mas assumiram que é muito difícil para de fumar. “Mesmo que não consigamos fazer com que as pessoas larguem de vez o cigarro, fazemos com que, por alguns instantes, elas parem para pensar e reflitam sobre o mal que estão fazendo à própria saúde”, diz Carolina.

Já André Luiz Massano, de 19 anos, mesmo fumante desde os 12, resolveu se engajar na campanha. “Sou fumante, mas estou tentando largar o vício. Resolvi participar da iniciativa porque acredito que contando um pouco de minhas experiências com o cigarro e mostrando como ele faz mal, as pessoas vão se comover e pensar duas vezes antes de colocar um cigarro na boca”, afirma.

No Dia Mundial sem Tabaco, um alerta  
para quem convive com fumante

Cintia Végas

Fumantes passivos têm 30% a mais de chances de desenvolver câncer de pulmão do que pessoas que não convivem com fumantes ativos, segundo dados do Instituto Nacional de Câncer (Inca). O assunto foi tema de debate, ontem, no Dia Mundial sem Tabaco. Em Curitiba, o Hospital de Clínicas (HC) e o Comitê Antifumo do Paraná promoveram palestra no auditório do Setor de

Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

O presidente do Comitê Antifumo, Saulo Carvalho Filho, explica que a fumaça respirada pelas pessoas que convivem com fumantes tem três vezes mais nicotina e cinquenta vezes mais substâncias cancerígenas, pois não passa pelo filtro do cigarro. “Então, os ricos de o fumante passivo contrair câncer de pulmão, laringe e boca acabaram sendo os mesmos ou até maiores”, afirma.

Ele conta que é muito difícil para o fumante passivo evitar o problema, pois é o fumante ativo que deve se conscientizar e perceber que, além de estar fazendo mal a si mesmo, está prejudicando a saúde dos outros. “As pessoas ainda consideram constrangedor pedir para que um fumante apague o cigarro e pare de fumar dentro de um ambiente fechado, mas a sociedade deve trabalhar para conscientizar os fumantes sobre os riscos que correm e evitar que mais pessoas se viciem”, diz “Acredita-se que 30% da população mundial seja fumante, sendo assim 70% das pessoas podem estar sendo prejudicadas e devem lutar contra o tabaco”.

Entre os fumantes passivos, as mais prejudicadas são as crianças, principalmente as que convivem com o fumo dentro de casa. “As crianças que inalam com frequência a fumaça, além de poderem desenvolver câncer, podem ter pneumonia, traqueobronquite, otite média aguda, exacerbação da asma e até problemas de crescimento”, conta Saulo. “Também é difícil para os pais não fumantes impedirem que os filhos tenham contato com a fumaça de terceiros. A única coisa que eles podem fazer é tentar evitar locais poluídos”.

A palestra teve o apoio da Associação Médica do Paraná e da Secretaria de Estado da Saúde.

### **Atos da Comissão Executiva:**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais,

**CONSIDERANDO** - o infausto passamento ocorrido no último final de semana, do senhor Francisco Accioly Rodrigues da Costa Neto, Deputado Estadual durante a 8ª Legislatura (1075/79), funcionário deste Poder Legislativo e filho do inesquecível Senador Accioly Filho e de Ilka Accioly Rodrigues da Costa.

**CONSIDERANDO** - que essa ocorrência representa uma perda irreparável para a sociedade paranaense, dada a irrepreensível carreira de homem público, advogado e professor de Direito na Universidade Federal e na Faculdade de Direito de Curitiba, onde atuou, também, como Diretor, com um trabalho

sempre voltado para as mais justas aspirações do povo da nossa terra.

### **R E S O L V E :**

#### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 233/2001**

Art. 1º - Guardar Luto Oficial por 3 (três) dias, a contar desta data, como expressão de pesar pelo falecimento do excelentíssimo senhor Francisco Accioly Rodrigues da Costa Neto.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04.06.2001.

#### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 237/2001**

conceder, a SELMA NÍCIA ROMÃOS MANFRINATO, matrícula nº 41094, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Diretoria Geral da Casa, licença sem vencimentos por dois (02) anos, nos termos do artigo nº 240, e parágrafos da Lei nº 6174/70.

(Prot. nº 4981/2001)

#### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 238/2001**

Retificar o Ato da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa nº 421/99, datado de 10 de novembro de 1999, que passa a constar nos seguintes termos:

conceder, a aposentadoria a pedido, a WILSON RAMOS, matrícula nº 137, ocupante do cargo de Consultor Legislativo “A”, NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, nos termos do artigo 35, inciso III, letra “a”, da Constituição Estadual, combinado com o artigo 140, incisos I e III, da Lei de nº 6174/70, e artigo 3º e parágrafo da Emenda constitucional nº 20, de 16 de dezembro de 1998, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de gratificação símbolo 1-F, cinco(05) quinquênios de acordo com o art. 170 e parágrafo único da Lei 6174/70, calculados em conformidade com a Resolução nº 7894/91, do Tribunal de Contas do Estado; cinco(05) adicionais de acordo com o artigo 171 e parágrafo 1º da Lei nº 6174/70 e artigo 37, inciso XIV da Constituição Federal; e cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o art. 1º da Lei nº 6794/76, com nova redação dada pelo artigo 6º da Lei Complementar nº 21/84 e conforme o que dispõe o Decreto Legislativo nº 229/85, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 47, da Coordenação de Relações Trabalhistas da Casa.

(Prot. nº 10329/98)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06.06.2001.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

VALDIR ROSSONI - 1º Secretário

ANTONIO ANIBELLI - 2º Secretário

**Pedidos de Adesão:****PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA  
PEDIDO DE ADESÃO.**

NEUSA GOMES GONÇALVES, matrícula nº 40771, endereço Rua Comendador Fontana, 123, Bairro Centro Cívico, cidade de Curitiba, CEP: 80030-070-PR, remuneração mensal estimada R\$488,19, CPF: 462.583.109-15, Lotação: D.L. data de nascimento: 28.05.1957.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº, de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: nível 061.

(Prot. nº 5526)

Curitiba, em, 30.05.2001.

(a) NEUSA GOMES GONÇALVES

NORBERTO LÚCIO DE SOUZA, matrícula nº 40308, endereço Rua Antônio L. Santos, 80, Bairro Boa Vista, cidade de Curitiba, CEP: 82560-580-PR, remuneração mensal estimada R\$624,80, CPF: 278.306.329-87, data de nascimento: 10.07.1956.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº, de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: nível 064.

(Prot. nº 5561)

Curitiba, em, 31.05.2001.

(a) NORBERTO LÚCIO DE SOUZA

NEUZA MARIA DE SOUZA, matrícula nº 40301, endereço Rua Antônio L. Santos, 80, Bairro Boa Vista, cidade de Curitiba, CEP: 82560-580-PR, remuneração mensal estimada R\$542,48, CPF: 521.535.689-00, data de nascimento: 09.09.1951.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº, de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: nível 061.

(Prot. nº 5562)

Curitiba, em, 31.05.2001.

(a) NEUZA MARIA DE SOUZA

ANTÔNIO DA SILVA FELINTO, matrícula nº 40709, endereço Rua Lauro T. Rodrigues, 64, Bairro

Xaxim, cidade de Curitiba, remuneração mensal estimada R\$542,48, CPF: 652.031.607-59, data de nascimento: 14.11.1960.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº, de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: nível 061.

(Prot. nº 5636)

Curitiba, em, 04.06.2001.

(a) ANTÔNIO DA SILVA FELINTO

CLÁUDIO ROBERTO SILVEIRA DA COSTA, matrícula nº 40400, endereço Rua Francisco Scremin, 159, Bairro Ahu, cidade de Curitiba, CEP: 80540-320-PR, remuneração mensal estimada R\$590,42, CPF: 457.309.709-00, Telefone: 253-2905, data de nascimento: 15.02.1957.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº, de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: nível 061.

(Prot. nº 5792)

Curitiba, em, 06.06.2001.

(a) CLÁUDIO ROBERTO SILVEIRA DA COSTA

NOÊMIA DE OLIVEIRA CAMPOS, matrícula nº 40525, endereço Rua República Yslâmica do Irã, Bairro Jardim das Américas, cidade de Curitiba, remuneração mensal estimada R\$542,48, CPF: 658.737.509-04, Lotação: D.G. data de nascimento: 31.07.1952.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº, de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: nível 061.

(Prot. nº 5966)

Curitiba, em, 30.05.2001.

(a) NOÊMIA DE OLIVEIRA CAMPOS

**Ato da Diretoria Geral:**

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecimento no Artigo 13 da Lei 13030 de 28 de dezembro de 2000.

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 017/2001 - DAT

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 13030 de 28 de dezembro de 2000 nas rubricas abaixo

REDUÇÃO DE DESPESAS:

Código	Fonte	valor
33903600	000	100.000,00

ACRÉSCIMO DA DESPESA:

Código	Fonte	valor
33903400	000	100.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 01.07.2001.  
(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

Visto:

VALDIR ROSSONI  
1º Secretário